

Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos**

As diferenças entre os sexos estão muitas vezes no centro de debates nos meios de comunicação social ou nas conversas quotidianas e a produção científica sobre esta temática é prolífica. As controvérsias acerca dessas diferenças e da sua origem têm, com efeito, uma longa história, em que as crenças, e a motivação para manter essas crenças (Valentine, 2001), têm, sem dúvida, um papel importante. As diferenças entre os sexos são, hoje em dia, ainda muitas vezes evocadas para justificar práticas relacionadas com as posições desiguais que os homens e as mulheres ocupam na sociedade (Poeschl, 2000, e Poeschl e Serôdio, 1998, por exemplo) e as representações dos grupos sociais reflectem e influenciam o extenso mas estéril debate científico sobre essa questão.

Pode fazer-se remontar ao século XIX o debate sobre as diferenças entre os sexos, na medida em que a sua origem é relacionada com as mudanças produzidas na sociedade ocidental pela revolução industrial. Com efeito, e contrariamente à crença segundo a qual nos primeiros grupos humanos os homens iam caçar enquanto as mulheres ficavam no acampamento para cuidar das crianças, as tarefas eram mais partilhadas nessas sociedades do que em muitas sociedades tecnologicamente mais avançadas (Nielsen, 1990). As mudanças provocadas pela revolução industrial deviam, por um lado, acentuar a divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres e, por outro, incentivar a produção de teorias aptas a justificar as posições desiguais dos sexos na estrutura social (cf. Poeschl, 2003b).

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

** O estudo apresentado neste artigo foi conduzido com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (projecto POCTI/36451/PSI/00/2000, participado pelo FEDER).

De facto, uma das consequências da industrialização é o aparecimento de uma nova população de trabalhadores que vive na miséria. Os debates que essa situação suscita então nas classes superiores incidem, não sobre os meios de sobrevivência dos operários, mas sim sobre a organização da sua vida familiar (Cicchelli-Pugeault e Cicchelli, 1998). Com efeito, a precariedade das suas condições de vida leva muitos operários a optarem pelo celibato, abandonando as mulheres que seduziram com as suas crianças, ou pela coabitação sem casamento. Quando casam, as mulheres e as crianças são obrigadas a trabalhar para assegurar a sobrevivência da família, o que é contrário ao que é a regra na burguesia industrial. Portanto, o pauperismo é visto como anti-social, fonte de crime e de degenerescência social pelas classes superiores, que consideram urgente educar a classe operária e socializá-la nos valores burgueses (Cicchelli-Pugeault e Cicchelli, 1998). Por outras palavras, a erradicação do pauperismo e a moralização dos operários requerem que seja posto fim ao trabalho assalariado feminino (e infantil) e que a operária seja transformada numa doméstica levada, pela sua natural dedicação, a assumir a educação dos filhos e a proteger o marido do alcoolismo, «grande praga das classes trabalhadoras» (Cicchelli-Pugeault e Cicchelli, 1998).

As leis do mercado vão ao encontro dos argumentos morais, já que os trabalhadores e os sindicalistas consideram as mulheres, que auferem salários inferiores, uma ameaça nos domínios em que os dois sexos se encontram em concorrência (Scott, 1994). Preocupados em afastar as mulheres (e as crianças) dos locais de trabalho para proteger o emprego masculino, os sindicatos e os trabalhadores afirmam que a constituição física das mulheres destina-as a serem mães e esposas e que, por conseguinte, elas não podem ser nem boas empregadas nem boas sindicalistas. Invocando as leis da biologia, eles argumentam que o corpo feminino, sendo mais fraco do que o corpo masculino, não pode resistir ao trabalho na fábrica e que o trabalho na fábrica torna as mulheres inaptas para amamentar e dar à luz filhos saudáveis (Scott, 1994).

Os legisladores acabam por ceder aos argumentos dos diversos meios eleitorais quanto à importância do papel reprodutor e educativo das mulheres e ao seu estatuto secundário na actividade produtiva e por promulgar leis baseadas no conceito de vulnerabilidade feminina. Pouco a pouco, impõe-se a ideia de que a separação espacial entre o local de residência e o local de trabalho impossibilita (para as mulheres) a conciliação de uma actividade produtiva com a educação dos filhos, e a esposa não empregada torna-se o ideal de respeitabilidade das classes operárias (Scott, 1994).

Com a propagação, ao longo do século XIX, do modelo de organização familiar da burguesia industrial emergem inúmeras teorias que procuram explicar e justificar a posição dos dois sexos na sociedade (cf. Shields, 1986): a craniometria encontra uma relação entre o tamanho do cérebro e a

pertença sexual que prova indiscutivelmente a inferioridade das mulheres; a frenologia descobre que as mulheres são dominadas pelos instintos e pelas emoções, manifestações inibidas nos homens pela sua inteligência superior; a maior frequência de gênios de sexo masculino e de homens em posições de poder e de prestígio revela a inferioridade intelectual feminina; as diferenças morfológicas entre os sexos explicam as diferenças de aptidões, temperamento e inteligência, já que «as energias da fêmea são orientadas para a preparação da gravidez e da lactação, o que reduz a energia disponível para o desenvolvimento de outras qualidades» (Herbert Spencer, 1891, cit. por Shields, 1986, p. 52).

Face à grande maioria da elite intelectual do século XIX — por exemplo, Comte (1830), Durkheim (1893) ou Freud (1908) — que, de acordo com Darwin (1871), afirma que o homem é superior à mulher em tudo o que empreende e que a superioridade masculina é universal ou natural, raros são os autores que tomam posição a favor das mulheres. John Stuart Mill (1869) defende que o conceito de «natureza feminina» é o produto de um contexto sócio-histórico particular (cf. Belotti, 1973) e que a aparente inferioridade feminina não é mais do que um pretexto para manter a mulher numa relação de passividade-dependência relativamente ao homem (Shields, 1986). Engels (1884) afirma que as relações entre homens e mulheres são sócio e historicamente construídas, atribuindo ao desenvolvimento da propriedade privada o modelo da família burguesa, «fundada no escravagismo doméstico, reconhecido ou dissimulado, da mulher» (Engels, 1884, cit. por Michel, 1983, p. 40).

Enquanto se assiste à multiplicação das teorias sobre as diferenças entre os sexos, as mulheres vão tomando consciência da discriminação de que são alvo. Nos anos 20, com a primeira onda de feminismo, as mulheres da América e da Europa do Norte conquistam o direito ao voto, o direito à propriedade e o acesso à educação (Connell, 1993). Partindo do princípio de que a obtenção do direito de voto para as mulheres vai assegurar a igualdade entre os sexos, o debate social sobre os sexos perde então vitalidade (Crawford e Unger, 2000). Contudo, a crença na existência de diferenças entre os sexos não desvanece. Pelo contrário, a análise dessas diferenças torna-se um objecto de estudo importante nos meios académicos.

Os primeiros trabalhos são os de Terman, que, apesar de não ter conseguido realçar diferenças entre homens e mulheres nos seus estudos sobre a inteligência, fica convencido da existência de diferenças entre os sexos (Bem, 1993). Em colaboração com Miles, Terman examina um conjunto de sentimentos, interesses, atitudes e comportamentos, procurando os que mais distinguem os homens das mulheres. Ele consegue, assim, não só descrever os «temperamentos» masculino e feminino, mas também construir um instrumento capaz de medir a dimensão da masculinidade-feminilidade psicológica (Lorenzi-Cioldi, 1994). Sendo os dois pólos dessa dimensão definidos

com base nas representações daquilo que mais diferencia os homens e as mulheres, eles correspondem aos papéis mais tradicionais. Assim, segundo Terman (Terman e Miles, 1936), a mulher, tipicamente, diferencia-se do homem pela riqueza das suas emoções, pela sua timidez, pela sua docilidade, pela sua natureza ciumenta; preocupa-se com as relações com os outros e os afazeres domésticos, enquanto o homem, tipicamente, se preocupa com os objectos mecânicos, as actividades financeiras ou as actividades exteriores. Os trabalhos de Terman têm duas consequências importantes: por um lado, conferem uma legitimidade científica à ideia de que existe uma natureza masculina, oposta à natureza feminina; por outro, difundem a ideia de que a conformidade ao temperamento do sexo de pertença é um indicador de saúde mental (Bem, 1993).

Vinte anos mais tarde, as diferenças entre homens e mulheres são explicitamente associadas às esferas pública e privada, pela ligação que Parsons estabelece entre os temperamentos masculino e feminino e os papéis masculino e feminino. Segundo Parsons (Parsons e Bales, 1956), o papel do homem é de natureza instrumental e o papel da mulher de natureza expressiva. O desempenho destes papéis orienta as personalidades de modo que, tipicamente, o homem se focalize na realização de objectivos, iniba as suas emoções, aja em função do seu interesse pessoal e estabeleça relações úteis para alcançar as suas metas, enquanto, tipicamente, a mulher é sensível, compreensiva, flexível, se preocupa com as necessidades afectivas da família, mostra as suas emoções e valoriza os outros pelas suas qualidades pessoais (Lorenzi-Cioldi, 1994). Baseando-se no seu conhecimento do funcionamento dos pequenos grupos, Parsons e Bales (1956) afirmam que um único membro da família não pode conciliar os comportamentos expressivos e instrumentais; apoiando-se na análise transcultural de Zelditch (1956), declaram que a divisão dos papéis familiares é universalmente efectuada em função do sexo; invocando, finalmente, a necessidade assumida pela teoria psicanalítica de as crianças se identificarem com o progenitor do mesmo sexo, concluem que é desejável uma clara divisão dos papéis.

Os trabalhos de Parsons também têm consequências importantes. Em primeiro lugar, conferem uma legitimidade científica à ideia de que as famílias mais eficazes e mais coesivas são aquelas em que os homens e as mulheres desempenham, respectivamente, os papéis instrumental e expressivo (cf. Brown, 1988). Em segundo lugar, permitem que as diferenças entre os sexos possam ser resumidas a uma mera possessão de traços de personalidade, a «instrumentalidade masculina» e a «expressividade feminina» (Lorenzi-Cioldi, 1994). Os dois conjuntos de traços, rapidamente desligados da sua origem social, tornam-se disposições estáveis e consistentes provenientes do sexo biológico, que justificam as desigualdades de acesso a posições que requerem competências instrumentais ou expressivas (ou, segun-

do a denominação de Bakan, 1966, agênticas ou comunais). Torna-se assim largamente espalhado o «erro fundamental» que consiste em confundir o sexo, reflexo de uma diferença inscrita num par de cromossomas, com o género, produto dos processos de socialização (Montagu, 1999; v., a este respeito, Amâncio, 2001).

O facto é que as ideias de Parsons vão também largamente inspirar as posições teóricas que sustentam a segunda vaga feminista (Connell, 1993). Em particular, nos meios científicos as autoras feministas começam a questionar a investigação realizada até à data sobre as diferenças entre os sexos. Em 1974, Maccoby e Jacklin publicam a primeira síntese de mais de 1400 estudos publicados sobre as diferenças entre homens e mulheres relativamente às capacidades cognitivas, aos temperamentos e aos comportamentos sociais. As suas conclusões evidenciam apenas quatro diferenças consistentes: os homens possuiriam capacidades numéricas e de visualização espacial superiores às das mulheres e as mulheres possuiriam capacidades verbais superiores às dos homens. Os homens seriam também mais agressivos do que as mulheres (Deaux, 1990). Estes resultados levam as autoras feministas a afirmarem que a investigação realizada sobre as diferenças entre os sexos só procurou demonstrar a inferioridade das mulheres, sendo enviesada e metodologicamente defeituosa (Eagly, 1995). Com o intuito de demonstrar a ausência de diferenças nos comportamentos, traços e capacidades dos homens e das mulheres e de evidenciar as consequências negativas dos estereótipos acerca das mulheres, as autoras feministas desenvolvem os estudos sobre as diferenças entre os sexos recorrendo, a partir dos anos 80, a técnicas quantitativas ou meta-analíticas (v., a este respeito, Poeschl, Múrias e Ribeiro, 2003).

Porém, a investigação sobre as diferenças entre os sexos não consegue resolver as divergências entre autores. Pelo contrário, ela parece marcada por enviesamentos opostos que traduzem a preferência dos autores por exagerar ou minimizar as diferenças (Eagly, 1995). Assim, os autores que defendem a ausência de diferenças entre os sexos sublinham que todas as diferenças observadas são pequenas, inconsistentes ou dependentes do contexto, enquanto os autores que defendem a existência de tais diferenças questionam o que são «pequenas» diferenças ou resultados «inconsistentes» (Eagly, 1995). Para além dos debates sobre a amplitude das diferenças ou a consistência dos resultados obtidos nas comparações entre os sexos, uma outra controvérsia incide, de forma mais geral, sobre as finalidades desta investigação. Assim, os autores que defendem a ausência de diferenças sublinham que, ao focalizar-se sobre as diferenças «entre homens e mulheres», a investigação só contribui para racionalizar e perpetuar essas diferenças (Lott, 1996). Eles observam que o sexo não tem valor preditivo face a outros factores. Por exemplo, independentemente do sexo de pertença, um

candidato a um emprego sorri mais do que o entrevistador (Deutsch, 1990) e os empregados são mais submissos do que os seus supervisores (Moskowitz, Suh e Desaulniers, 1994). Concluem que os indivíduos agem de uma forma mais agêntica e menos comunal quando são colocados num papel dominante do que quando são colocados num papel dominado e que os indivíduos passam de um tipo de comportamento ao outro em função da sua posição na situação de interacção (Moskowitz, Suh e Desaulniers, 1994).

Contra estes argumentos, os autores que defendem a existência de diferenças entre os sexos afirmam que a negação dessas diferenças é uma estratégia política fundada na (falsa) ideia de que a igualdade passa pela semelhança (Eagly, 1995). Eles sublinham que as sínteses quantitativas confirmam as ideias que as pessoas têm sobre os sexos, nomeadamente que as mulheres são mais comunais do que os homens e os homens mais agênticos do que as mulheres (Swim, 1994). Já que os comportamentos das mulheres e os traços que lhes são atribuídos são avaliados de forma mais positiva do que os comportamentos e traços masculinos, estes autores concluem que é necessário intensificar os esforços para evidenciar as diferenças entre os sexos. Além disso, defendem que as variações em função do contexto contribuem para o desenvolvimento de teorias sobre a origem das diferenças entre os sexos, que permitem às mulheres tomar consciência dos processos que mantêm as relações assimétricas entre os sexos e contrariar os seus efeitos (Eagly, 1995).

No entanto, existem também algumas divergências relativamente à origem das diferenças entre os sexos (v. também Poeschl, Múrias e Ribeiro, 2003). Essas opõem, nomeadamente, os autores que defendem a supremacia dos mecanismos genéticos aos autores que afirmam a preponderância das influências culturais. Entre os autores que salientam a importância da cultura, alguns afirmam que as diferenças de comportamentos entre homens e mulheres reflectem as desigualdades de estatuto e de poder dos dois sexos (Henley, 1977). Outros defendem que as diferenças entre os sexos não traduzem apenas diferenças de estatuto e de poder, mas são o produto histórico da divisão do trabalho entre domésticas e operários (Eagly, 1987). Outros autores, ainda, consideram que os homens e as mulheres têm um repertório de comportamentos relativamente igual, mas que as suas expectativas sobre a maneira como se devem comportar são traduzidas pela selecção de comportamentos diferenciados (Deaux, 1990).

Pelo contrário, os autores inseridos na corrente da psicologia «evolucionária» (ou «evolutiva») — que, por acaso, emergiu na altura da segunda vaga de feminismo — sublinham que existem diferenças inatas entre homens e mulheres. Universalizando as estratégias reprodutivas dos dois sexos, eles afirmam que os machos, dos insectos aos humanos, são motivados para inseminar o maior número possível de fêmeas férteis, ao passo que as

fêmeas procuram atrair e conservar um parceiro de elevado estatuto capaz de sustentá-las e de sustentar os seus filhos (Sperling, 1999). Estes autores defendem que as estratégias que permitem otimizar o sucesso reprodutivo dos dois sexos estão na origem de muitas das diferenças observadas entre homens e mulheres (Buss, 1992).

Finalmente, os autores que defendem a existência de diferenças entre os sexos consideram infundados os receios dos que julgam que uma utilização desapropriada dos trabalhos sobre as diferenças entre os sexos, nomeadamente pelos meios de comunicação social ou pela literatura de vulgarização, possa produzir, no grande público, efeitos diferentes dos que esperam (Baumeister, 1988).

O presente estudo teve precisamente como objectivos examinar o que as pessoas pensam das diferenças entre os sexos, captar as teorias leigas sobre a origem dessas eventuais diferenças e verificar a existência de uma relação entre as diferenças entre os sexos e as posições desiguais dos homens e das mulheres na sociedade.

MÉTODO

Amostra

Participaram neste estudo 18 homens e 18 mulheres do Norte de Portugal, sendo um terço solteiros, outro terço casados e o restante terço divorciados. Os solteiros têm uma idade média de 21 anos, os casados de 45 anos e os divorciados de 44 anos, não havendo diferenças significativas entre os sexos em cada grupo. Os solteiros não têm filhos, enquanto os casados têm 1,8 e os divorciados 1,3, em média, não havendo diferenças entre os sexos. A maioria dos solteiros são estudantes (10), sendo os dois outros quadros superiores. Todos os casados e divorciados têm uma actividade profissional e são quadros superiores ou médios.

Procedimento

O estudo foi realizado através de entrevistas semiestruturadas decorridas no domicílio dos entrevistados. Começava-se por pedir aos participantes a sua opinião sobre as diferenças entre homens e mulheres, procurando obter alguns exemplos da forma como essas diferenças se traduzem na vida quotidiana. Pedia-se também a opinião sobre as causas e as consequências dessas diferenças. De seguida, abordava-se a questão das diferenças entre homens e mulheres na sociedade, procurando recolher as opiniões dos respondentes sobre as posições dos homens e das mulheres na vida política, profissional e familiar. Nesta fase procurava-se também obter alguns exemplos da forma como essas diferenças se manifestam na vida quotidiana, co-

nhecer a opinião dos participantes sobre as causas e as consequências destas diferenças, assim como sobre uma eventual relação entre as personalidades e as posições dos homens e das mulheres na vida social. Por fim, perguntava-se aos respondentes se achavam justas e satisfatórias as posições dos dois sexos na vida política, profissional e familiar.

Análise dos dados

O material recolhido através das entrevistas foi transcrito e analisado com o programa de dados textuais *Alceste*. Este programa permite estudar a estrutura formal da co-ocorrência das palavras num determinado *corpus*, efectuando uma classificação hierárquica descendente, baseada na distância do quiquadrado, numa tabela de palavras que cruza o conjunto das formas lematizadas (reduzidas à raiz) em proveniência dos discursos expressos.

Para serem analisados, os discursos foram divididos em três partes, que correspondem às três fases da entrevista, ou seja, às temáticas (a) das semelhanças e diferenças entre os sexos, as suas causas e as suas consequências, (b) das diferenças nas posições dos homens e das mulheres na vida social, as causas e as consequências dessas diferenças, (c) da justiça e da satisfação que caracterizam as posições dos homens e das mulheres na vida social.

Resultados

O *corpus* foi dividido em 108 unidades de contexto iniciais (36 sujeitos \times 3 partes da entrevista), que foram subdivididas em 4382 unidades de contexto elementares (UCE) de 12,48 palavras em média. Estas unidades elementares foram definidas pelo programa: correspondem a duas ou três linhas de texto, ou seja, mais ou menos a uma frase. Dentro das 4382 UCE, 3548 foram classificadas, o que representa 80,97% do material recolhido.

Foram identificadas 184 786 ocorrências no total, sendo 9047 formas distintas, dentro das quais 4110 são formas únicas. As formas distintas foram reduzidas, por lematização, a 1372 formas, sendo a frequência média por forma de 20.

A análise de classificação hierárquica levou a uma partição das formas reduzidas em quatro classes. A primeira classe é composta de 1085 UCE, ou seja, 30,58% das unidades. Inclui, mais particularmente, as palavras «diferença», «física», «comportamento», «personalidade», «social», «corpo», «psicologia», «característica», «forma», «aspecto», «fisiologia» ($\chi^2 > 50,00$). Estas palavras são mais particularmente mencionadas nas declarações sobre as diferenças entre os sexos ($\chi^2 = 426,25$) e são pouco presentes nas reflexões

sobre as posições dos dois sexos na vida social ($\chi^2 = 227,90$) e sobre a justiça e a satisfação proporcionadas por estas posições ($\chi^2 = 39,44$). O discurso sobre as diferenças entre os sexos contém também significativamente menos referências ($\chi^2 > 50,00$) a, por um lado, «política» e, por outro, «mãe», «pai» e «filhos». A primeira classe reflecte mais particularmente o discurso dos respondentes solteiros ($\chi^2 = 45,40$) e dos inquiridos de sexo masculino ($\chi^2 = 27,12$), discurso pouco característico dos respondentes casados ($\chi^2 = 59,30$).

Na segunda classe, que inclui 640 UCE, ou seja 18,04% do *corpus* global, encontram-se, dentro das palavras mais frequentes ($\chi^2 > 50,00$), «casa», «fazer», «mundo», «comprar», «jantar», «carro», «ajudar», «lavar», «sozinha», «arrumar», «cozinhar», «levantar», «almoçar», «dinheiro», «hora», «olhar», «preocupar». A classe reflecte o discurso sobre a organização familiar, que atravessa todas as fases da entrevista, revelando as múltiplas implicações dessa organização sobre a vida quotidiana. As palavras incluídas provêm sobretudo do discurso dos respondentes casados ($\chi^2 = 146,88$) e dos respondentes do sexo feminino ($\chi^2 = 2,84$). São significativamente menos salientes nas declarações dos respondentes solteiros ($\chi^2 = 108,47$).

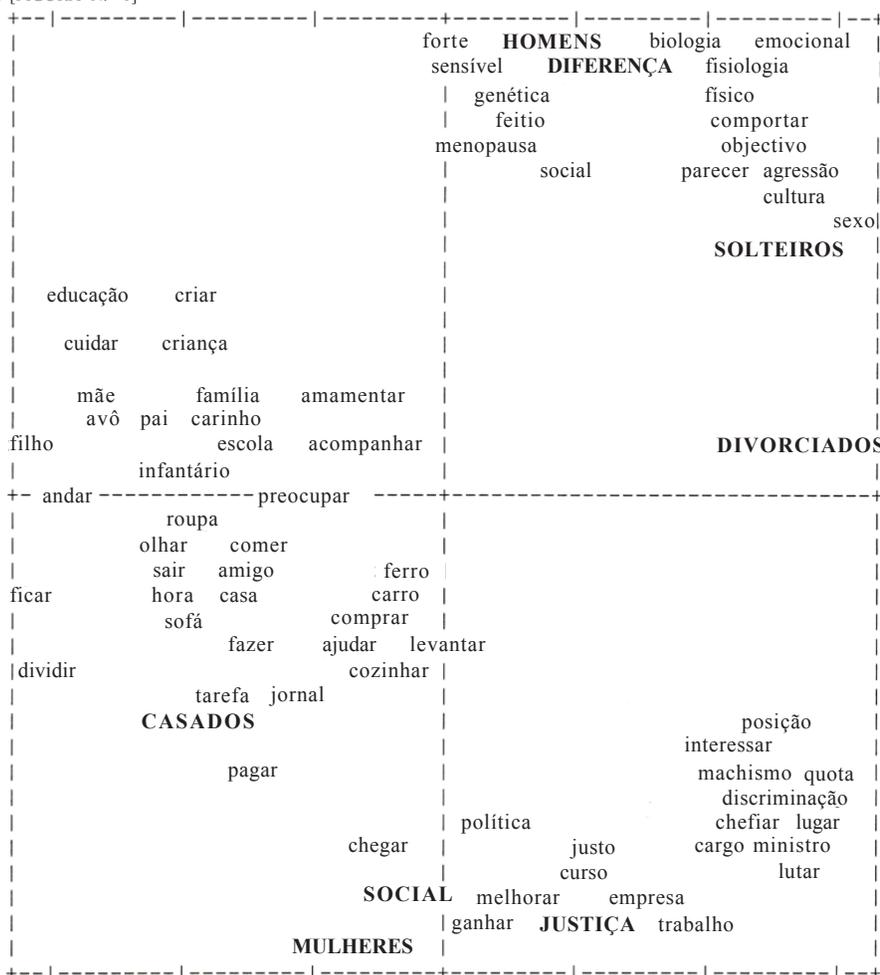
A terceira classe, com 428 UCE, ou seja, 12,06% das unidades de contexto, compreende, sobretudo, as palavras «mãe», «pai», «filhos», «crianças», «acompanhar», «pais», «escola», «educação», «ligação», «avós», «amamentar», «carinho», «encarregar», «maternal», «família» ($\chi^2 > 50,00$). Estas palavras dizem respeito à estrutura familiar e ao trabalho parental e foram mencionadas principalmente em relação às diferenças de posições dos dois sexos na vida social ($\chi^2 = 9,50$). É interessante notar que esta classe inclui significativamente menos as duas palavras «homem» e «mulher» ($\chi^2 > 50,00$), o que realça a radical mudança de percepção dos indivíduos quando estão inseridos na esfera pública e na família. As palavras contidas nesta classe predominam nas declarações dos sujeitos solteiros ($\chi^2 = 3,89$).

Na quarta classe, que contém 1395 UCE, ou seja, 39,32% do texto analisado, as palavras mais frequentes ($\chi^2 > 50,00$) são «política», «profissão», «cargo», «oportunidade», «mundo», «chefia», «empresa», «ministro», «justo», «lugar». A classe diz claramente respeito à vida profissional e política e contém palavras que são mais frequentes na evocação das posições dos homens e das mulheres na vida social ($\chi^2 = 144,31$) e na avaliação da justiça e da satisfação que caracterizam estas posições ($\chi^2 = 73,33$) do que na evocação das diferenças entre os sexos ($\chi^2 = 358,90$). A quarta classe inclui também significativamente menos referências a «pai», «mãe», «filhos» e «casa» ($\chi^2 > 50,00$) do que as outras classes, confirmando que a esfera social e a esfera familiar constituem dois domínios com fraca sobreposição. Por fim, pode notar-se que esta classe é constituída, sobretudo, pelas declarações dos respondentes do sexo feminino e muito menos pelas opiniões dos respondentes do sexo masculino ($\chi^2 = 12,62$).

No conjunto, a análise das classes constituídas revela, por um lado, que o *corpus* global aborda, com uma importância semelhante, a esfera pública, a esfera privada e a questão das diferenças interindividuais. Indica, por outro lado, que existem grandes diferenças no discurso expresso acerca de cada um destes aspectos, como o ilustra, na figura n.º 1, a análise factorial de correspondência que projecta as principais palavras mencionadas sobre dois eixos. O eixo horizontal, com o valor próprio de 0,21, explica 41,05% da inércia (variância) e o eixo vertical, com o valor próprio de 0,17, 32,91% da inércia. As variáveis independentes (domínios evocados, sexo e estado civil dos inquiridos) foram acrescentadas como variáveis suplementares.

Análise factorial de correspondência

[FIGURA N.º 1]



A figura n.º 1 permite observar uma primeira grande oposição entre as duas classes da esfera privada e as duas outras classes. Uma segunda divisão separa as opiniões sobre as características físicas e psicológicas dos dois sexos e as opiniões sobre as suas posições na vida profissional e política e a natureza justa e satisfatória destas posições. As palavras recolhidas na evocação da esfera pública traduzem um discurso expresso, sobretudo, pelas mulheres, enquanto as características físicas e psicológicas são referidas mais frequentemente pelos homens.

O discurso sobre a esfera privada assume dois aspectos: o trabalho doméstico, realçado principalmente pelos adultos casados, e o trabalho parental, evocado mais particularmente pelos jovens solteiros. O primeiro aspecto é referido em todas as fases da entrevista, enquanto o segundo é referido sobretudo em relação às diferenças de posições dos dois sexos na vida social. É neste contexto que se pode observar a transformação de «homem» em «pai» e de «mulher» em «mãe», o que revela a saliência dos diferentes papéis familiares para os jovens solteiros. A este respeito, pode notar-se que o grupo dos divorciados não tem uma posição específica relativamente aos aspectos investigados.

Uma análise das unidades de contexto elementares mais representativas de cada classe permite ilustrar o tipo de discurso produzido pelos grupos que mais contribuíram para a formação das quatro classes.

DIFERENÇAS ENTRE OS SEXOS

Para a maior parte dos entrevistados solteiros ou do sexo masculino existem indiscutivelmente diferenças naturais entre os sexos: «Homens e mulheres são diferentes a nível biológico, estrutural, na maneira de pensar e na maneira de agir. Isso nota-se porque as mulheres têm estilos de vida diferentes dos homens» (homem solteiro). Em primeiro lugar, homens e mulheres diferem na constituição física: «Temos que concordar que os homens têm mais força física do que as mulheres. Os homens têm mais resistência física» (mulher solteira). Sendo mais frágeis, as mulheres são também mais sensíveis: «As mulheres são mais emotivas, mais sensíveis [...] então, um homem chorar em público é complicado, não?» (homem casado).

Esta diferença tem a sua contrapartida na inteligência dos dois grupos: «Acho que as mulheres têm mais inteligência emocional [...] vê-se e diz-se que os grandes cérebros são homens» (homem solteiro). Outros são até mais afirmativos: «Cientificamente está comprovado que os homens utilizam o cérebro, diferentes partes do cérebro, de uma forma diferente das mulheres, e daí os seus comportamentos diferentes» (mulher solteira).

As particularidades das duas formas de inteligência têm várias consequências: «Existem diferenças entre homens e mulheres, na forma de resolver problemas, de raciocinar, na forma de lidar com os problemas, acho que os homens são mais directos, mais objectivos, as mulheres arranjam sempre uns floreados» (mulher solteira). Por isso, os homens têm algumas qualidades que as mulheres não têm: «Os homens conseguem ter mais amigos [...] são mais sociais, são menos conflituosos» (homem solteiro). De forma geral, se os homens são mais objectivos e sociais do que as mulheres, eles são também mais narcisistas, prepotentes e egocêntricos.

Por sua vez: «A mulher pode não ser mais inteligente, mas tem mais astúcia do que o homem e então utiliza essa astúcia para conseguir determinados fins e parece-me que o consegue bastante bem» (homem casado). O que se traduz, nas opiniões femininas, de forma diferente: «Sabemos mais o que queremos [...] somos mais organizadas, temos os nossos objectivos mais definidos, somos mais equilibradas...» (mulher solteira). Se as mulheres são vistas, geralmente, como mais altruístas, românticas, organizadas, do que os homens, elas são também mais tortuosas, conflituosas e competitivas: «As mulheres são extremamente competitivas entre si e os homens não são [...] as mulheres já nascem com essa tendência» (homem solteiro).

Em termos de comportamentos, encontram-se várias referências à sexualidade e, conseqüentemente, à fidelidade: «O homem tem muito mais capacidade de trair a mulher do que a mulher o homem. Acho que a mulher é muito mais fiel» (mulher solteira). Refere-se também a violência: «Eu acho que, por exemplo, o homem quando se irrita é capaz de ter atitudes muito mais violentas, de se expressar de uma forma muito mais violenta do que a mulher. É mais agressivo do que a mulher, sem dúvida» (mulher solteira). No entanto, esta maior agressividade masculina parece existir, sobretudo, na sua expressão física: «Não há mulheres que batam nos homens? Mas, se calhar, também há muitas mulheres que também agridem os homens. Mas acredito que a agressão que as mulheres fazem aos homens, que às vezes tornam a vida do casal um inferno [...] é muito mais psicológica» (mulher solteira).

Acerca da origem dessas diferenças, existe um certo consenso de que são biológicas. Como prova disso, podem referir-se factos históricos e culturais: «Era o homem que caçava, sempre, ao longo da história. O homem que matava os animais. O homem que fazia as tarefas de força [...] é biológico» (mulher solteira). Ou ainda: «Não acho que todas as mulheres estejam a ser educadas em todo o mundo da mesma maneira de modo que elas pensem todas da mesma maneira. Deve haver condicionalismos biológicos que levem a que as mulheres tenham um certo tipo, pronto, de características de personalidade que devem estar imbuídas na biologia ou no código genético das mulheres» (homem solteiro).

Raras são as explicações em que a cultura predomina, ou que revelam uma visão mais interaccionista da origem das diferenças: «A própria sociedade incute valores diferentes nos homens e nas mulheres. É aquela coisa de que uma mulher deve ser mais sensível do que um homem, um homem não chora e essas coisas» (mulher solteira). Ou: «Há factores, digamos, natos e factores inatos, e, portanto, muitos factores da personalidade são adquiridos. São fruto da educação, do meio ambiente» (homem divorciado).

Em suma, e de acordo com a conclusão de Swim (1994), existem nas representações dos inquiridos alguns aspectos das diferenças entre os sexos que são também referidos na investigação científica. Nomeadamente, os homens são percebidos como sendo mais violentos e menos fiéis do que as mulheres e as mulheres são vistas como mais expressivas do que os homens, o que confirma os resultados de Amâncio (1994). No entanto, as opiniões realçam também aspectos mais controversos, como as diferenças de inteligência (cf. Brand, 1995), ou mesmo contrários a certas afirmações teóricas, como é o caso da competitividade (Buss, 1992). As teorias leigas sobre a origem dessas diferenças são predominantemente biológicas, apoiando-se em factos históricos e culturais que, hoje em dia, são questionados (Nielsen, 1990).

DIFERENÇAS NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Os participantes casados ou do sexo feminino concordam em reconhecer que existem muitas diferenças entre os papéis dos homens e das mulheres na família. Em geral, os inquiridos consideram que a mulher faz a maior parte do trabalho familiar: «A mulher fica em casa ao domingo e acaba por arrumar a loiça, lavar a roupa, passar a roupa e o homem acaba por sair, jogar umas cartinhas e umas suequinhas com os amigos e beber uns copos» (homem casado). No entanto, muitos consideram que, no seu próprio casal, o homem ajuda, pelo menos às vezes: «Quando [os filhos] eram miúdos ele ajudou sempre, aos fins de semana, se era preciso levantar, levantava-se...» (mulher casada). Ou: «De vez em quando calha-me a mim dar banho aos miúdos e tratar dos miúdos, nomeadamente quando ela está [no emprego]» (homem casado). Pode notar-se que a responsabilidade da mulher no trabalho familiar se reflecte numa preocupação que vai para além da execução das tarefas: «Está no emprego, o que é que vou fazer para o jantar? Quando sair daqui, tenho de passar ali para ir levar isto [...] o homem não, está no trabalho, está no trabalho. Chega a casa, é capaz de ajudar a pôr a mesa, mas [não tem] as preocupações da cabeça da mulher» (mulher divorciada).

As razões evocadas para a falta de colaboração masculina no trabalho familiar são várias. Muitos consideram que provêm de uma tradição ances-

tral, fortemente implantada na mentalidade: «Tem a ver com a mentalidade, estes trabalhos de casa são para as mulheres, o passar a ferro, o lavar a roupa, se calhar, muitas vezes, até o tratar dos filhos, são tarefas habitualmente não masculinas, ou pelo menos que são mais das mulheres. E é uma coisa já quase ancestral, não é?» (homem casado). A tradição mantém-se através da socialização: «Ao meu filho, chega ao aniversário dele, e eu sou capaz de lhe dar um automóvel, ou uma bicicleta ou um carrinho, enquanto à minha filha sou capaz de dar uma boneca» (homem casado), ou das pressões sociais exercidas para que os indivíduos se conformem aos papéis de género tradicionais: «Porque, se o homem ia para a cozinha e se fazia determinadas tarefas, era um mariquinhas...» (mulher divorciada).

Por outro lado, alguns admitem que as práticas tradicionais se mantêm porque os homens têm o poder de impedir que mudem: «[...] o poder do homem consegue impedir que essas coisas se alterem, não é? Muitas vezes há conflitos quando algumas mulheres pretendem alterar isso, os homens não querem ser eles a lavar a roupa, a passar a ferro e não sei quê, porque isso é tradicionalmente das mulheres» (homem casado). Ir contra o poder masculino pode ter, com efeito, consequências importantes que levam muitas mulheres a se conformarem às normas: «Às vezes não se sabe o que é que leva as pessoas a conformarem-se. Uma vez não querem viver em conflito com o marido, depois não querem acabar com o casamento, depois há a questão dos filhos, e depois, se calhar, cada caso é um caso...» (homem casado).

A terceira razão que leva os homens a não participarem no trabalho familiar diz respeito ao comodismo masculino. Porque tudo se aprende e nada impede o homem de fazer o que a mulher faz: «Eu cozinhar, consigo, bordar não, porque acho que nunca bordei, mas, se calhar, era capaz de bordar se aprendesse [...] Acho que é tudo uma questão de aprendizagem... Os homens quando estão a viver [sozinhos] fazem essas coisas todas, se não fazem todas, fazem a maioria... É mais uma situação de comodismo» (homem casado).

Por fim, as mulheres também contribuem para que as diferenças se mantenham: «Há desigualdade nas distribuições de tarefas e as mulheres não são culpadas por isso? São, sim senhor! Eu acho que são as principais culpadas. Não são eles, são elas [...] porque se acomodam às situações e, as vezes, para não criarem conflito, não resolvem as coisas na altura própria» (mulher casada). Evitar o conflito não é a única razão para as mulheres não partilharem o trabalho familiar: «Há mulheres que acham [...] que há coisas que são só para as mulheres fazerem, que os homens não têm nada que ir para a cozinha, que os homens não têm nada que ir lavar a roupa» (homem casado). Este facto é admitido por algumas mulheres: «Eu tenho a mania que eu é que sei fazer tudo e tenho muitas mais tarefas do que o meu marido em termos caseiros» (mulher casada). Neste caso são os homens

que se devem acomodar: «Uma mulher já está preparada para que assim seja e também não faz nada para modificar. E o homem, por sua vez, acomoda-se. Está tudo bem, ele também não quer estar agora a interferir e deixa-se estar» (mulher divorciada).

Relativamente às consequências da repartição desigual do trabalho familiar entre cônjuges, estas são vistas como negativas para as mulheres: «Tenho consciência que as mulheres, apesar de tudo, ainda são demasiado sacrificadas, porque, além de trabalharem imenso fora de casa, chegam a casa e ainda têm uma tarefa...» (homem casado), e positivas para os homens, nomeadamente em relação à sua profissão: «Não estou a ver um homem fazer o que uma mulher faz no dia a dia. De ir às compras, tratar dos filhos, gerir uma casa, refeições e tudo, e ainda ter um trabalho e ser boa profissional. O homem é geralmente bom, porque só faz aquilo» (mulher divorciada). No entanto, o que o homem poderia perder ao investir no trabalho familiar poderia ganhar na qualidade da relação conjugal: «É mesmo perder algumas coisas, a pessoa deixar de estar sentada no sofá com as pantufas e a ler o jornal, e ter que estar a trabalhar e a fazer o jantar e não sei quê. Só que estar a trabalhar e a fazer o jantar e não sei quê também pode ter um efeito positivo de melhorar o relacionamento e a comunicação com o outro» (mulher casada).

Em síntese, nas representações dos entrevistados, as mulheres são responsáveis pelo trabalho familiar, proporcionando o homem uma colaboração pontual. Estes resultados são semelhantes aos obtidos em investigações realizadas noutros países (Roux, 1999, e Müller, 1998, por exemplo). Para além disto, e mais importante, a contribuição do homem para o trabalho familiar é vista como uma ajuda, e não como um comportamento natural numa relação de reciprocidade e igualdade entre cônjuges. Ou seja, «a partilha das tarefas é vista como uma ajuda, uma dádiva, um favor do homem à mulher, o que tem como efeito limitar seriamente a capacidade da mulher de negociar a verdadeira partilha» (Vandelac, 1983, pp. 49-50).

As teorias leigas sobre a manutenção dos papéis tradicionais na família estão de acordo com muitas das teorias científicas, inclusivamente com as que defendem que as mulheres estão motivadas para manterem as práticas tradicionais (Müller, 1998; Poeschl, 2003a). No entanto, não se atribui uma explicação biológica às diferenças no comportamento dos homens e das mulheres, e o comodismo revela-se como o único traço de personalidade que poderia distinguir os dois sexos e explicar a sua diferença de comportamento.

DIFERENÇAS NO TRABALHO PARENTAL

No discurso dos solteiros acerca das diferenças entre os sexos no trabalho parental considera-se que o pai e a mãe têm papéis diferentes na

família, que se reflectem na forma como cada um se relaciona com os filhos e encara o trabalho parental. A mulher é, muitas vezes, considerada a confidente e o homem, enquanto chefe da família, é o repressor: «[Os pais] têm todo o poder e os filhos têm medo, quase, do pai e utilizam a mãe quase como um refúgio, e para contar os segredos, e as asneiras e assim, mas sempre com medo do pai» (mulher solteira).

As diferenças nas relações que homens e mulheres mantêm com os filhos têm uma origem natural. A gravidez, a amamentação, o instinto maternal, explicam a maior proximidade entre mulher e crianças: «O facto de o filho nascer da mãe, o facto de a mãe amamentar o filho, tudo isso cria laços muito, muito fortes entre a mãe e o filho, não é?» (mulher solteira). Por isso, o papel da mãe é considerado mais importante, e é melhor que os filhos sejam educados só pela mãe do que só pelo pai: «É muito mais provável uma criança conseguir ter um bom desenvolvimento só com a mãe do que só com o pai. Ambos fazem falta [...] mas acho que a mãe é sempre uma figura muito mais vital» (homem solteiro).

No entanto, o facto de acreditar que a maternidade cria uma relação especial entre mãe e filhos não está relacionado com a participação da mulher no trabalho parental. As mulheres assumem a maior parte do trabalho parental porque foram socializadas para desempenharem o papel de mãe: «A educação das mulheres para o papel de mãe, para o papel de educadora dos seus próprios filhos, é já feito desde que elas são crianças, porque é um papel que já está definido» (homem solteiro). Por essa razão, muitas vezes são as mulheres que tratam dos problemas de saúde, da escola e que se encarregam da educação dos filhos.

Para além disto, muitos inquiridos não acreditam numa falta de competências masculinas para cuidar das crianças: «Eles dizem que [o homem] não tem jeito para cuidar das crianças, mas quando se trata do filho, como é filho dele, claro que querem, tanto a mãe como o pai, querem ficar com o filho, e isso de não ter jeito para mim está errado. Tanto as mulheres como os homens têm que ter jeito para cuidar das crianças» (homem solteiro). Alguns entrevistados consideram que começa a haver mais flexibilidade nos papéis tradicionais, mas que ainda não se reconhece a participação dos homens no trabalho parental: «Agora, muitas vezes, se calhar, são os avós que lhes prestam mais atenção, porque, claro, a avó ainda tem que ser dona de casa, o avô, como já está reformado, se calhar, pode muito bem estar sentado no sofá e estar a brincar com o neto. Só que diz-se sempre 'ele fica com a avó'. Parte-se sempre do princípio que é a mulher que vai tratar [do neto]» (homem solteiro).

Em suma, nas representações dos inquiridos, as mulheres ainda são consideradas as principais responsáveis pelas crianças, o que está de acordo com a investigação realizada neste domínio (Wille, 1995, por exemplo). Este

facto seria justificado pela relação privilegiada que deveria naturalmente existir entre mães e filhos, uma ideia não só questionada por Chodorow (1978), mas também desmentida pelos numerosos estudos sobre a violência familiar (cf. Fortin, 1995). Para além disto, o contributo da mulher no trabalho parental é visto, sobretudo, como um produto da socialização, as diferenças de competências entre homens e mulheres são recusadas e a falta de participação masculina contestada.

DIFERENÇAS DE POSIÇÃO DOS HOMENS E DAS MULHERES NA VIDA PROFISSIONAL E POLÍTICA

As diferenças de posição na esfera pública são consideradas de forma diferenciada quando os inquiridos do sexo feminino contemplam o mundo do trabalho ou da política. Relativamente à segregação profissional por sexo, muitas inquiridas consideram que quase todos os domínios estão abertos aos dois sexos: «Agora acho que não há profissões femininas e profissões masculinas» (mulher solteira). Outras acham que os domínios são ainda divididos e que não é por acaso: «Ainda há profissões masculinas e profissões femininas. O caso de professores: há muito mais professoras do que professores. Mas não por uma inclinação das mulheres em quererem ser professoras e os homens não. Mas por variadíssimos factores, remuneração, tempo de trabalho...» (mulher casada).

A questão das diferenças de oportunidades de trabalho em função do sexo também é controversa. Algumas mulheres acham que ainda há diferenças: «Há empresas que ainda discriminam as mulheres porque têm filhos, porque metem mais baixas médicas ou atestados e porque acham que não dão tanto rendimento» (mulher casada). Contudo, outras não partilham esta opinião: «Não há, nas empresas, por exemplo, um critério de aceitar um homem ou uma mulher primeiro por alguma razão. Acho que são avaliados pelas habilitações que têm, e mais nada» (mulher solteira). Por outras palavras: «Acho que são as próprias pessoas que escolhem, não é a questão de haver oportunidades ou não [...] nunca vi um homem a procurar um emprego como empregada doméstica nem uma mulher a procurar como transportador de pesos» (mulher solteira).

Em relação às diferenças salariais e à progressão na carreira, também se encontram posições variadas: «Parece-me que há empresas, e muitas empresas, em que realmente a mulher nunca consegue chegar ao homem tanto em posto hierárquico como em nível salarial» (mulher divorciada). Por outro lado, para algumas entrevistadas: «[As mulheres] têm oportunidade de evoluírem na carreira, isso é uma questão de querer, de opção» (mulher solteira). Contudo, admite-se que a progressão na carreira possa ter custos dife-

rentes para as mulheres ou para os homens: «Há outras que conseguem vingar nesses cargos mas que têm de abdicar totalmente da vida familiar» (mulher solteira).

As pessoas que acham que há discriminação evocam, por vezes, as suas consequências: «O poder económico da parte masculina é superior ao da parte feminina» (mulher divorciada). Ou ainda: «[As mulheres] são as que entram em último lugar no mundo do trabalho e as que primeiro dele saem em alturas de crise» (mulher casada).

As opiniões sobre as diferenças de posição na política são mais consensuais: as mulheres não exercem cargos políticos nem têm acesso a posições de liderança. No entanto, as quotas são geralmente recusadas: «Para mim, acaba por ser um bocado ridículo estar a discutir se as mulheres deve haver em grande número ou em pouco número, os próprios políticos estarão a discutir isso [...] não são eles que devem ditar se as mulheres devem lá estar ou não. Acho que, se as mulheres querem, têm que ser aceites» (mulher solteira).

As causas das diferenças mencionadas são essencialmente culturais e sociais. Evoca-se frequentemente o efeito da tradição e do machismo português. No entanto, não são apenas os homens a ser machistas: «Isso é toda uma mentalidade que terá que ser mudada. Penso que, se aparecesse agora uma candidata, sei lá, a presidente da República, aqui em Portugal, logo à partida não tinha hipótese absolutamente nenhuma» (mulher divorciada). As influências culturais resistem às *performances* académicas: «Só se justifica ao nível de cultura porque, ao nível de formação académica, as mulheres têm tantas habilitações académicas como os homens, algumas até têm mais» (mulher casada). Por isso, a sociedade devia ajudar a afirmação feminina: «Há muitas mulheres que vão para estes cursos que há agora, Relações Internacionais, isso tudo a pensar numa carreira política. Agora é preciso dar-lhes oportunidade de a terem» (mulher divorciada). No entanto, admite-se que: «Há muita discriminação, por via da nossa especificidade como mulheres, a questão da maternidade» (mulher casada).

Algumas entrevistadas colocam a questão das diferenças de posição entre homens e mulheres num processo histórico: «Mas isto, se formos a ver bem em termos de história, foi há muito poucos anos, não é? Quarenta ou cinquenta anos não é nada [...] Eu penso que daqui a dez, vinte anos, não se vai notar tanta preponderância masculina na política, na política e noutras áreas profissionais. Portanto, acho que é uma questão de tempo apenas» (mulher divorciada).

Por último, a mudança é um problema que pertence às mulheres. Por um lado, elas têm outras prioridades: «É uma questão de opção, porque as mulheres, às vezes, não têm a mesma disponibilidade que os homens, e então não se dedicam o tempo suficiente para chegarem a essas posições ao nível

político» (mulher solteira). Por outro, não têm interesse: «Ao nível político, não sei se as mulheres se interessam assim tanto. Não sei. Não vejo por aí muitas mulheres frustradas por não serem presidentes da República, não é?» (mulher solteira). Além disso, as mulheres poderiam pensar que o lugar do poder é algures: «Quando eu digo que as mulheres, de facto, têm o poder, não é o poder ao nível profissional, não é o poder ao nível político, mas acho que quem comanda, de facto, a vida familiar, e globalmente a sociedade, acho que são as mulheres. Por muito que os homens se esfalem, acho que [...] pelo menos das famílias que eu conheço, no fundo, a última palavra quem tem é a mulher» (mulher casada).

Resumindo, as inquiridas concordam relativamente ao afastamento das mulheres da política, mas muitas — e principalmente as mulheres solteiras — discordam da existência de diferenças entre os sexos no mundo profissional. Esta opinião poderia reflectir a melhoria que se percebe na situação das mulheres em Portugal a partir de 1974 (v., a este respeito, Nogueira, Paúl & Amâncio, 1995). Ela apresenta, porém, uma visão da realidade portuguesa sensivelmente mais favorável às mulheres do que o fazem os estudos demográficos (v. também Nogueira, Paúl e Amâncio, 1995) ou os indicadores das Nações Unidas (*Relatório de Desenvolvimento Humano para 2002, on line*): Por um lado, o GDI, *gender-related development index* (índice de longevidade, nível educacional e qualidade de vida das mulheres) coloca Portugal na 28.^a posição, ou seja, na segunda metade dos 53 países considerados como tendo um nível de desenvolvimento elevado. Por outro lado, no GEM, *gender empowerment measure* (proporção de mulheres nas posições de topo), Portugal chega na 20.^a posição (imediatamente depois das Bahamas e antes das ilhas Trindade e Tobago).

Os indicadores das Nações Unidas mencionam uma percentagem de 9,7% de mulheres no governo e 18,7% no parlamento (contra, por exemplo, respectivamente, 42,1% et 36,4% na Noruega, colocada na primeira posição), o que salienta a permanência da fraca representação feminina nos cargos políticos desde a Assembleia Constituinte, que, em 1976, contou com apenas 7,6% de mulheres (Rodrigues, 1995). A percentagem de mulheres em posições de quadros superiores atinge 32%, um resultado comparativamente razoável (a Noruega só tem 25%), mas que não reflecte o percurso universitário dos jovens portugueses, com, no total, 51% de mulheres no ensino superior (dados de 1998), nem explica por que o rendimento estimado das mulheres relativamente ao dos homens é apenas de 53% (contra 64% na Noruega, por exemplo, dados de 2000).

As dificuldades que podem encontrar as mulheres na esfera pública, nomeadamente no domínio da política, são explicadas pelas entrevistadas por razões culturais e históricas, pela tradição e pelo machismo português ou, ainda, pela falta de motivação das mulheres. As diferenças de competências

entre homens e mulheres são negadas e as diferenças de personalidade não são mencionadas. As mulheres, sobretudo casadas, que percebem a existência de diferenças entre homens e mulheres na esfera profissional fazem algumas referências ao efeito da organização familiar sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho, o que é consistente com as conclusões dos relatórios oficiais. Segundo o relatório da Comissão das Comunidades Europeias (1997), por exemplo, a participação das mulheres com um filho na actividade profissional é, em Portugal, idêntica à das mulheres sem filhos, mas a chegada de um segundo filho reduz essa participação, ao passo que não afecta a participação masculina na actividade profissional. Além disso, as necessidades de conciliar as exigências da vida profissional e da vida familiar orientam muitas vezes as escolhas profissionais das mulheres, um fenómeno que tem como consequência intensificar a segregação profissional por sexo e manter as mulheres nos escalões mais baixos da hierarquia profissional. O relatório da Comissão das Comunidades Europeias (1997) salienta ainda um ponto que as entrevistadas não mencionaram: o facto de as mulheres renunciarem a integrar a vida política provoca, além de um défice democrático, uma falta de atenção às necessidades das mulheres.

CONCLUSÃO

Ao examinar a reflexão sobre as diferenças entre os sexos descobre-se o extraordinário impacto das ideologias desenvolvidas no século XIX. Estas ideologias subjazem tanto aos trabalhos científicos como às representações que as pessoas, em geral, têm das diferenças entre os sexos. Relativamente a essas representações, os nossos dados sugerem que a evocação das diferenças entre os sexos leva a um discurso que salienta diferentes aspectos dessa problemática em função do sexo e do estado civil dos respondentes. Os homens exprimem-se de forma mais extensa sobre as diferenças interindividuais e as mulheres sobre as diferenças de posições dos dois grupos sexuais na esfera pública; ao evocarem o domínio familiar, os solteiros focam, no seu discurso, aspectos relacionados com a relação entre pais e filhos e a divisão dos papéis parentais, enquanto os casados se centram na organização familiar e sobretudo na distribuição do trabalho doméstico. A questão da justiça e da satisfação, aparentemente pouco relevante, surge sobretudo quando são evocadas as diferenças de posição dos grupos sexuais na esfera pública e não parece aplicar-se adequadamente à organização familiar, que, sendo da responsabilidade individual, é justificada por múltiplas explicações.

Os discursos expressos sobre as causas das diferenças entre os sexos mostram que as diferenças interindividuais são sobretudo explicadas em

termos biológicos. Pelo contrário, as diferenças nas esferas privada e pública são predominantemente atribuídas a factores sócio-culturais, sendo as diferenças de competências no trabalho parental negadas pelos solteiros e as diferenças de competências no mundo profissional e da política rejeitadas pelas mulheres. A relação que os autores estabelecem entre posições sociais e traços de personalidade parece ausente das representações dos inquiridos, já que esses traços não são referidos na explicação das diferenças na esferas privada e pública, o que confirma o carácter *post hoc* dessa explicação.

Quando considerados separadamente, os discursos recolhidos parecem apenas salientar as preocupações dos diferentes grupos entrevistados. Contudo, quando justapostos, revelam a forma como cada um contribui para legitimar a ordem social: para os solteiros, homens e mulheres são diferentes e a natureza feminina explica a maior importância do papel parental feminino do que do papel parental masculino. A importância desse papel concretiza-se, para os adultos casados, no maior contributo feminino em casa. Por sua vez, o maior contributo das mulheres em casa permite justificar as desigualdades entre homens e mulheres na vida profissional, sem que essas desigualdades consigam vencer as reticências das mulheres para ingressarem na actividade política, um domínio por norma masculino. No entanto, as desigualdades entre homens e mulheres têm consequências sociais que mereciam uma maior mobilização das mulheres. Nomeadamente, o aumento da pobreza feminina (Nielsen, 1990) traduz-se, em Portugal, pelo facto de 80,8% das famílias monoparentais — geralmente femininas — terem níveis de rendimentos inferiores à metade do rendimento líquido médio anual nacional (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001).

BIBLIOGRAFIA

- AMÂNCIO, L. (1994), *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- AMÂNCIO, L. (2001), «O género na psicologia: uma história de desencontros e de rupturas», in *Psicologia*, vol. xv (1), pp. 9-26.
- BAKAN, D. (1966), *The Duality of Human Experience*, Chicago, Rand McNally.
- BAUMEISTER, R. F. (1988), «Should we stop studying sex differences altogether?», in *American Psychologist*, 43, pp. 1092-1095.
- BELOTTI, E. G. (1973), *Du côté des petites filles*. Paris, Éditions des Femmes.
- BEM, S. L. (1993), *The Lenses of Gender*, New Haven, CT, Yale University Press.
- BRAND, C. (1995), «Modern phrenology at its best», in *Cahiers de psychologie cognitive*, 14 (5).
- BROWN, R. (1988), *Group Processes. Dynamics within and between Groups*, Oxford, Blackwell.
- BUSS, D. M. (1992), «Mate preference mechanisms: consequences for partner choice and intrasexual competition», in J. H. Barkow, L. Cosmides e J. Tooby (eds.), *The Adapted Mind. Evolutionary Psychology and the Generation of Culture*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 249-266.
- CHODOROW, N. (1978), *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, Berkeley, University of California Press.

- CICCHELLI-PUGEOT, C., e CICCHELLI, V. (1998), *Les théories sociologiques de la famille*, Paris, Editions La Découverte.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1997), *Relatório Anual da Comissão. Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens na União Europeia, 1996*, Bruxelas.
- COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (2001), *Portugal. Situação das Mulheres*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- COMTE, A. (1927 [1830]), *Cours de philosophie positive*, Paris, Hachette.
- CONNELL, R. W. (1993), *Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics*, Cambridge, Polity Press.
- CRAWFORD, M., e UNGER, R. (2000), *Women and Gender. A Feminist Psychology*, 3.ª ed., Nova Iorque, McGraw-Hill.
- DARWIN, C. (1871), *The Descent of Man*, Londres, John Murray.
- DEAUX, K. (1990), «From individual differences to social categories: analysis of a decade's research on gender», in A. G. Halberstadt e S. L. Ellyson (eds.), *Social Psychology, Readings*, Nova Iorque, McGraw-Hill, pp. 308-320.
- DEUTSCH, L. M. (1990), «Status, sex, and smiling: the effect of role on smiling in men and women», in *Personality and Social Psychology Bulletin*, 16, pp. 531-540.
- DURKHEIM, E. (1893), *La division du travail social: étude sur l'organisation des sociétés supérieures*, Paris, Alcan.
- EAGLY, A. H. (1987), *Sex Differences in Social Behavior: A Social-Role Interpretation*, Hilldale, N. J., Lawrence Erlbaum.
- EAGLY, A. H. (1995), «The science of politics of comparing women and men», in *American Psychologist*, vol. 50, n.º 3, pp. 145-158.
- ENGELS, F. (1974 [1884]), *L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'Etat*, Paris, Editions Sociales.
- FORTIN, A. (1995), «Développement d'une mesure de la justification de la violence envers l'enfant», in *Journal international de psychologie*, 30 (5), pp. 551-572.
- FREUD, S. (1908), «Über infantile Sexualtheorien», in *Gesammelte Werke*, VII, Londres, Imago.
- HENLEY, N. M. (1977), *Body Politics. Power, Sex and Non-Verbal Communication*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall.
- LORENZI-CIOLDI, F. (1994), *Les androgynes*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LOTT, B. (1996), «Politics or science? The question of gender sameness/difference», in *American Psychologist*, vol. 51, n.º 2, pp. 155-156.
- MACCOBY, E. E., e JACKLIN, C. N. (1974), *The Psychology of sex Differences*, Stanford, CA, Stanford University Press.
- MICHEL, A. (1983), *Sociologia da Família e do Casamento*, Porto, Rés-Editora.
- MILL, J. S. (1869), *L'assujettissement des femmes*, Paris, Guillaumin.
- MONTAGU, A. (1999), *The Natural Superiority of Women*, 5.ª ed., Walnut Creek, CA, Rowman & Littlefield Publishers.
- MOSKOWITZ, D. S., SUH, E. J., e DESAULNIERS, J. (1994), «Situational influences on gender differences in agency and communion», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, pp. 753-761.
- MÜLLER, U. (1998), «The micropolitics of gender differences in family life», in V. Ferreira, T. Tavares e S. Portugal (eds.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds*, Oeiras, Celta Editora, pp. 329-344.
- NIELSEN, J. M. (1990), *Sex and Gender in Society. Perspectives on Stratification*, Prospect Heights, Ill, Waveland Press.
- NOGUEIRA, C., PAÚL, C., e AMÂNCIO, L. (1995), «Women in management in Portugal: a demographic overview», in L. Amâncio e C. Nogueira (eds.), *Gender, Management and Science*, Braga, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, pp. 207-218.
- PARSONS, T., e BALES, R. F. (1956), *Family: Socialization and Interaction Processes*, Glencoe, Ill, Free Press.

- POESCHL, G. (2000), «Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais», in *Análise Social*, vol. XXXV (156), pp. 695-719.
- POESCHL, G. (2003a), «Représentations des différences entre les sexes et jeux de pouvoir», in *Nouvelle revue de psychologie sociale*, vol. 2, n.º 1, pp. 77-86.
- POESCHL, G. (2003b), «Inégalités sexuelles dans la mémoire collective et représentations des différences entre les sexes», in *Connexions*, 80 (2), pp. 101-119.
- POESCHL, G., MÚRIAS, C., e RIBEIRO, R. (2003), «As diferenças entre os sexos: mito ou realidade?», in *Análise Psicológica*, 2 (XXI), pp. 213-228.
- POESCHL, G., e SERÓDIO, R. (1998), «Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial: représentations et relations», in *La revue internationale de l'éducation familiale*, vol. 2, n.º 2, pp. 5-23.
- RODRIGUES, J. A. (1995), *Continuidade e Mudança nos Papéis das Mulheres Portugueses Urbanas. O Aparecimento de Novas Estruturas Familiares*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- ROUX, P. (1999), *Couple et égalité: un ménage impossible*. Lausana, Réalités Sociales.
- SCOTT, J. W. (1994), «A mulher trabalhadora», in G. Duby e M. Perrot (eds.), *História das Mulheres no Ocidente. O Século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 443-475.
- SHIELDS, S. A. (1986), «Fonctionnalisme, darwinisme et psychologie des femmes. Etude d'un mythe social», in M. C. Hurtig e M. F. Pichevin (eds.), *La différence des sexes*, Paris, Tierce Sciences, pp. 29-61.
- SPENCER, H. (1891), *The Study of Sociology*, Nova Iorque, Appleton.
- SPERLING, S. (1999), «Forward to the 5th edition of A. Montagu», in *The Natural Superiority of Women*, Walnut Creek, CA, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 11-40.
- SWIM, J. K. (1994), «Perceived versus meta-analytic effect sizes: An assessment of the accuracy of gender stereotypes», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, pp. 21-36.
- TERMAN, L. M., e MILES, C. C. (1936), *Sex and Personality: Studies in Masculinity and Femininity*, Nova Iorque, McGraw Hill.
- VALENTINE, S. (2001), «Development of a brief multidimensional aversion to women who work scale», in *Sex Roles*, vol. 44, n.ºs 11-12, pp. 773-787.
- VANDELAC, L. (1983), *Production domestique — Document n.º 6*, «Le partage des tâches domestiques», Gouvernement du Québec, Conseil du Statut de la Femme, Bibliothèque Nationale du Québec.
- WILLE, D. E. (1995), «The 1990s: gender differences in parenting roles», in *Sex Roles*, vol. 33, n.ºs 11-12, pp. 803-817.
- ZELDITCH, M. (1956), «Role differentiation in the nuclear family», in T. Parsons e R. F. Bales (eds.), *Family: Socialization, and Interaction Process*, Glencoe, Ill, Free Press.